

**DIVULGAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS**

1º TRIMESTRE DE 2021

2021

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
1º Trimestre de 2021

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Diretoria de Administração Orçamentária Financeira

Vitor Bastos Tostes

Coordenação de Contabilidade

Lilia Lourenço Ramos Rocha

Equipe Técnica

Elaine dos Santos Souza

Gisele Aquino Gomide Tramont

Irenice Aparecida Nunes de Sousa Deodato

Juliana de Souza Alves Fingolo

Informações

Telefone: (22) 2737-5614

Correio eletrônico: financeiro.reitoria@iff.edu.br;

Disponível em: http://portal1.iff.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/copy_of_demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas

Última alteração: 26/04/2021

Sumário

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das práticas contábeis.....	15
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	15
3 - Caixa e Equivalente de Caixa.....	17
4 – Créditos a Curto Prazo.....	18
5 – Estoques.....	19
6 – Provisões.....	20
7 - ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	20
8 – Intangível.....	24
9 – Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	25
10 – Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo.....	25
11 – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	28
12 – Resultados Acumulados.....	29
13 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	29
14 – Obrigações Contratuais.....	29
15 – Resultado Patrimonial.....	31
16 – Resultado Orçamentário.....	33
17 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados.....	35
18 - Execução Orçamentária RPP – Por categoria Econômica e Grupo de Despesa.....	35
19 - Execução de RPNP– Despesas COVID-19.....	37
20 – Resultado Financeiro.....	37
21 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa.....	38

Lista de Siglas

Sigla	Descrição
AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CCONT	Coordenação de Contabilidade
DCON	Demonstrações Contábeis
IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência, Educação e Tecnologia Fluminense
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC	Ministério da Educação
NBC	Normas Brasileira de Contabilidade
NBCASP	Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NL	Nota de Lançamento
NS	Nota de Lançamento do Sistema
PCASP	Plano de Contas Aplicada ao Setor Público
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
SIADS	Sistema Integrado de Administração e Serviços do Governo Federal
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TED	Termo de Execução Descentralizada
UG	Unidade Gestora
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas

Lista de Tabelas

- Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa
- Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo
- Tabela 3 – Estoques
- Tabela 4 – Imobilizado - Composição
- Tabela 5 – Bens Móveis - Composição
- Tabela 6 – Bens Imóveis - Composição
- Tabela 7 – Bens de Uso Especial - Composição
- Tabela 8 – Intangível - Composição
- Tabela 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar
- Tabela 10 – Fornecedores a Pagar - Composição
- Tabela 11 – Fornecedores a Pagar por Ug Contratante
- Tabela 12 – Fornecedores a Pagar por Fornecedores
- Tabela 13 – Demais Obrigações a Curto Prazo
- Tabela 14 – Obrigações Contratuais - Composição
- Tabela 15 – Obrigações Contratuais – por UG Contratante
- Tabela 16 – Obrigações Contratuais – por Contrato
- Tabela 17 – VPA X VPD
- Tabela 18 – Variações Patrimoniais Aumentativas
- Tabela 19 – Variações Patrimoniais Diminutivas
- Tabela 20 – Receitas Próprias realizadas
- Tabela 21 – Comparativo de Despesas Executadas 2020/2021
- Tabela 22 – RPNP Inscritos e re-inscritos
- Tabela 23 – Execução do RPNP por Categoria Econômica
- Tabela 24 – Execução do RPNP por Grupo de Despesa
- Tabela 25 – Execução do RPP por Categoria Econômica
- Tabela 26 – Execução do RPP por Grupo de Despesa
- Tabela 27 - Execução de RPNP– Despesas COVID-19
- Tabela 28 – Fluxo de Caixa

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, vinculada ao Ministério da Educação e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Atualmente a estrutura institucional do IFF é composta por sete Unidades Gestoras: Campus Centro, Campus Macaé, Campus Itaperuna, Campus Guarus, Campus Bom Jesus de Itabapoana, Campus Cabo Frio e Campus Quissamã, todas são unidades orçamentárias e administrativas investidas do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios e descentralizados.

No presente relatório, estão evidenciadas as DCON até 31 de março de 2021, extraídas de forma consolidadas no SIAFIWEB conforme determinação do MEC e disponibilizadas no site eletrônico do IFF.

Diante disso, como que a Lei Orçamentária Anual de 2021 (Lei nº 14.144, de 22/04/2021) foi publicada em abril, o balanço Orçamentário apresentado em 31 de março de 2021 não evidencia previsão de receitas, somente a sua realização, em que verifica-se que as receitas orçamentárias arrecadadas perfizeram aproximadamente R\$ 60.593,47.

Quanto aos dados da Despesa orçamentárias, os valores foram liberados pela STN na forma de 1/18 avos ou 1/12 avos, nos termos da Portaria STN nº 507, de 22/09/2020, apresentando uma execução de despesas de 80,76% da dotação orçamentária disponibilizada, não havendo execução de despesa de Capital.

O resultado patrimonial apurado até o primeiro trimestre de 2021 foi negativo em R\$ 4.562.523,47, tendo como uns dos principais fatores contributivos a redução de Variações Patrimoniais Aumentativas.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – apurada no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa foi negativa em R\$ 10.478.330,60, até 31 de março de 2021. No mesmo período do ano anterior, observou-se uma geração líquida negativa de R\$ 13.851.911,65.

A seguir, são apresentadas as DCON, acompanhadas das respectivas notas explicativas. Boa leitura.

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Balanço Patrimonial

	NE	31/03/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo Circulante		38.628.051,78	49.436.651,79
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	23.056.586,30	33.534.916,90
Créditos a Curto Prazo	4	13.248.850,06	13.753.212,54
Créditos Tributários a Receber		41.506,80	41.506,80
Demais Créditos e Valores		13.207.343,26	13.711.705,74
Estoques	5	2.322.615,42	2.148.522,35
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
VPD Pagas Antecipadamente		-	-
Ativo Não Circulante		463.187.532,38	460.687.735,74
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-
Créditos a Longo Prazo		-	-
Invest. e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-
VPD Pagas Antecipadamente		-	-
Investimentos		-	-
Imobilizado	7	463.091.807,54	460.592.367,59
Bens Móveis		75.653.795,70	74.839.901,58
Bens Móveis		109.565.357,78	108.553.447,12
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-33.911.562,08	-33.713.545,54
Móveis		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		387.438.011,84	385.752.466,01
Bens Imóveis		392.903.939,41	391.198.108,60
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-5.465.927,57	-5.445.642,59
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível	8	95.724,84	95.368,15
Softwares		95.584,84	95.228,15
Softwares		222.505,15	222.148,46
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-126.920,31	-126.920,31
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		140,00	140,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		140,00	140,00
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes		-	-
Ind		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Patentes		-	-
Pat		-	-
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		501.815.584,16	510.124.387,53
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante		120.341.206,33	124.042.576,28
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	9	61.658.743,03	69.536.685,21
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	10	8.333.759,41	4.349.965,95
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		177,56	177,56
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	11	50.348.526,33	50.155.925,12

1º Trimestre de 2021

Passivo Não Circulante		-	-
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo		120.341.206,33	124.042.576,28
Patrimônio Líquido		(3.645.168)	(2.982.051)
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Resultados Acumulados	12	381.474.377,83	386.081.811,25
Resultado do Exercício		-4.562.523,47	20.923.764,33
Resultado do Exercício Anteriores		386.081.811,25	366.175.470,96
Ajustes de Exercícios Anteriores	13	-44.909,95	-1.017.424,04
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		501.815.584,16	510.124.387,53

Demonstração das Variações Patrimoniais

31/03/2021

	NE	31/03/2021	31/03/2020
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		103.623.548,61	108.719.262,61
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		60.593,47	105.254,99
Venda de Mercadorias		51.280,25	42.689,14
Venda de Produtos		-	468,90
Exploração de Bens, Serviços e Direitos		9.313,22	62.096,95
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		-	205,15
Juros e Encargos de Mora			205,15
Transferências e Delegações Recebidas		103.469.566,06	106.938.165,14
Transferências Intragovernamentais		103.469.566,06	106.938.165,14
Outras Transferências e Delegações		12.900,72	17.533,25
Valorização e Ganhos c/ Ativos e		790,40	1.569.088,61
Ganhos com Desincorporação de Passivos		790,40	1.569.088,61
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		92.598,68	106.548,72
Diversas Variações Patrimoniais		92.598,68	106.548,72
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		108.186.072,08	111.494.018,66
Pessoal e Encargos		69.746.075,98	65.904.503,67
Remuneração a Pessoal		55.460.251,33	52.718.396,32
Encargos Patronais		11.591.331,35	10.243.758,33
Benefícios a Pessoal		2.693.032,24	2.942.349,02
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas-Pessoal		1.461,06	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		21.392.170,60	21.020.648,74
Aposentadorias e Reformas		17.532.458,84	17.198.518,72
Pensões		2.943.295,50	2.860.197,37
Outros Benefícios Previdenciários e		916.416,26	961.932,65
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		9.002.016,07	10.289.204,83
Uso de Material de Consumo		1.293.698,36	713.554,45
Serviços		7.490.016,19	9.481.418,58
Depreciação, Amortização e Exaustão		218.301,52	94.231,80
Transferências e Delegações Concedidas		5.782.188,83	11.182.673,05
Transferências Intragovernamentais		5.769.288,11	11.165.139,80
Outras Transferências e Delegações		12.900,72	17.533,25
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		14.617,08	1.790.833,40
Perdas Involuntárias		617,08	5.156,96
Incorporação de Passivos		14.000,00	1.785.676,44
Tributárias		1.548,62	1.762,82
Impostos, Taxas e Contribuições de		932,22	572,45
Contribuições		616,40	1.190,37
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		2.247.454,90	1.304.392,15
Incentivos		2.247.454,90	1.304.392,15
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	14	-4.562.523,47	-2.774.756,05

Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

31/03/2021
R\$ milhões

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)		-	-	60.593,47	60.593,47
Receita Patrimonial		-	-	170,00	170,00
Receita Agropecuária		-	-	51.280,25	51.280,25
Receita de Serviços		-	-	9.143,22	9.143,22
TOTAL DAS RECEITAS (I)		-	-	60.593,47	60.593,47
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (I)		-	-	60.593,47	60.593,47
Deficit (II)	15			202.489.383,78	202.489.383,78
TOTAL (III = I+II)		-	-	- 202.549.977,25	202.549.977,25

31/03/2021
R\$ milhões

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (III)		250.797.885,00	250.797.885,00	202.549.977,25	89.825.172,88	69.516.286,47	48.247.907,75
Pessoal e Encargos Sociais		229.170.813,00	229.170.813,00	184.173.955,47	83.530.918,95	65.435.602,87	44.996.857,53
Outras Despesas Correntes		21.627.072,00	21.627.072,00	18.376.021,78	6.294.253,93	4.080.683,60	3.251.050,22
Despesas de Capital (IV)							
Investimentos							
TOTAL		250.797.885,00	250.797.885,00	202.549.977,25	89.825.172,88	69.516.286,47	48.247.907,75

Execução de Restos a Pagar Não Processados

31/03/2021
R\$ milhões

NE	INSCRITOS		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes	2.438.572,03	15.464.713,21	8.588.214,69	3.795.288,15	154.879,91
Pessoal e Encargos Sociais	1.354,75	4.230,31	3.291,22	3.291,22	
Outras Despesas Correntes	2.437.217017	15.460.482,90	8.584.923,47	3.791.996,93	154.879,91
Despesas de Capital	2.750.476,43	7.760.149,15	2.718.098,16	185.260,82	3.800,00
Investimentos	2.750.476,43	7.760.149,15	2.718.098,16	185.260,82	3.800,00
TOTAL DAS DESPESAS (X = III+IV)	5.189.048,46	23.224.862,36	11.306.318,85	3.980.548,97	158.679,91

Execução de Restos a Pagar Processados

31/03/2021
R\$ milhões

NE	INSCRITOS					Saldo (e = a+b- c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)		
Despesas Correntes	392.891,78	34.040.708,29	33.768.582,14	3.771,13	661.246,80	
Pessoal e Encargos Sociais	-	29.509.696,49	29.509.696,49	-	-	
Outras Despesas Correntes	392.891,78	4.531.011,80	4.258.885,61	3.771,13	661.246,80	
Despesas de Capital	168.711,47	1.131.201,06	1.051.444,99	-	248.468,54	
Investimentos	168.711,47	1.131.201,06	1.051.444,99	-	248.468,54	
TOTAL DAS DESPESAS (X = III+IV)	561.603,25	35.733.512,60	89.825.172,88	3.771,13	909.714,34	

Balanco Financeiro

R\$ milhões

NE	31/03/2021	31/03/2020
INGRESSOS		
Receita Orçamentária (I)	60.593,47	110.460,14
Ordinárias	-	-
Vinculadas	60.593,47	110.460,14
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-70,00	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)	103.456.665,34	106.920.631,89
Resultantes da Execução Orçamentária	90.842.508,26	90.431.006,24
Independentes da Execução Orçamentária	12.614,157,08	1.489.625,65
Recebimentos Extraorçamentários (III)	133.231.468,40	267.386.463,44
Saldo do Exercício Anterior (IV)	33.534.916,90	35.940.172,24
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.534.916,90	35.940.172,24
TOTAL (V = I+II+III+IV)	270.283.644,11	400.336.727,71
DISPÊNDIOS		
Despesa Orçamentária (VI)	202.549.977,25	325.314.304,48
Ordinária	138.675.304,81	270.822.533,90
Vinculadas	63.874.672,44	54.491.770,56
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	5.769.288,11	11.165.139,80
Resultantes da Execução Orçamentária	1.212.821,46	3.253.858,85
Independentes da Execução Orçamentária	4.556.466,65	7.911.280,95
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	38.907.792,45	41.769.022,86
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	23.056.586,30	22.088.260,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.056.586,30	22.088.260,59
TOTAL (X = VI+VII+VIII+IX)	270.283.644,11	400.336.727,71

Demonstração dos Fluxos de Caixa

R\$ milhões

	NE	31/03/2021	31/03/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		(9.241.624,79)	(11.521.564,42)
Ingressos		103.715.036,43	107.283.421,63
Receitas Tributárias		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		170,00	24.419,10
Receita Agropecuária		51.280,25	42.689,10
Receita Industrial		-	488,90
Receita de Serviços		9.143,22	37.883,00
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		.	5.000,00
Transferências Recebidas		103.654.442,96	107.172.961,49
Outros Ingressos Operacionais		-	-
Desembolsos		(112.956.661,22)	(118.804.986,05)
Pessoal e Demais Despesas		(96.784.6142,82)	(97.504.268,93)
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		(11.296.604,11)	(9.995.049,04)
Outros Desembolsos Operacionais		(5.875.914,29)	(11.305.668,08)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		(1.236.705,81)	(2.330.347,23)
Ingressos		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financ. Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		(1.236.705,81)	(2.330.347,23)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(1.236.705,81)	(2.330.347,23)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		(356,69)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		(100.645)	49.498
Ingressos		185.678	291.860
Operações de Crédito		163.389	265.884
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Outros Ingressos de Financiamentos		22.289	25.973
Desembolsos		(286.323)	(242.362)
Amortização / Refinanciamento da Dívida		(286.323)	(242.362)
Outros Desembolsos de Financiamentos		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (IV = I+II+III)	18	(10.478.330,60)	(13.851.911,65)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		33.534.916,90	35.940.172,24
Caixa e Equivalente de Caixa Final		23.056.586,30	22.088.260,59

Notas Explicativas

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON) do IFF são elaboradas conforme a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11) e Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

As demonstrações contábeis encontram-se consolidadas com as informações de todas as Unidades Gestoras do IFF tendo sido elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e baseadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC).

A estrutura e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I Balanço Patrimonial (BP);
- II Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III Balanço Orçamentário (BO);
- IV Balanço Financeiro (BF);
- V Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI Notas Explicativas.

2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Seguem elencados abaixo os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Estoques

Compreendem as mercadorias de almoxarifado, avaliadas inicialmente pelo seu valor de aquisição e suas a saída e baixa foram avaliadas pelo Custo Médio Ponderado, conforme as orientações/recomendações da STN referentes aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, constantes na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

Considerando-se a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(d) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Contudo, tais práticas contábeis não estão totalmente implementadas, especialmente o registro de depreciação compatível com a vida útil do bem e a redução do valor recuperável e a reavaliação dos bens móveis.

(e) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

(f) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados:

I. aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

II. houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;

III. comprovação da ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(g) Redução ao valor recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb: Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN/MF (www.tesouro.gov.br).

No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por irreuperabilidade foi reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por irreuperabilidade do ativo é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por irreuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

(h) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão:

- I. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. empréstimos e financiamentos;
- III. fornecedores e contas a pagar;
- IV. obrigações fiscais;
- V. obrigações de repartições a outros entes;
- VI. provisões;
- VII demais obrigações.

(j) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(l) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

3 - Caixa e Equivalente de Caixa

Este grupo representa 70,70% do total dos ativos e 59,68% do total do ativo circulante. Em 31/03/2021 apresentou uma redução de 21,86%, quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2020.

A conta contábil Caixa e Equivalentes de Caixa apresenta um saldo discriminado em sua totalidade na conta contábil sintética - Recursos Liberados pelo Tesouro (1.1.1.1.2.20.00). Os recursos liberados pelo tesouro evidenciam valores disponíveis para saque, divididos por fontes de recurso e vinculação de pagamento que corresponde à soma de duas contas contábeis analíticas: 1.1.1.1.2.20.01 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – OFSS, são os valores disponíveis para uso e 1.1.1.1.2.20.03 - LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO, são valores que representam o total das ordens de pagamentos (OPs) emitidas, valores já comprometidos, pois aguardam apenas a autorização do ordenador de despesa para o efetivo crédito na conta do favorecido e pagamento da despesa.

Tabela 1 – Caixa e equivalentes de Caixa

Caixa Equivalentes de Caixa-111122000- RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO				
VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO		111.122.001,00	111.122.003,00	TOTAL
308	CONTRIBUICAO PREVIDENCIA FECHADA		98.308,41	98.308,41
987	DEVOLUÇÃO DE DESPESA	1.108,00		1.108,00
410	CUST/INV-EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA RP7	14.086,11		14.086,11
400	CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	3.515.926,18	163.759,40	3.679.685,58
510	DEVOLUCAO DE DESPESA		1.192.752,42	1.192.752,42
405	CUSTEIO/INVEST.-EMENDAS INDIVIDUAIS - RP6	1.760,55		1.760,55
499	PAG.DE DESPESA OBRIGATORIA- RESUL.PRIM=1	3.665,16	4.099,14	7.764,30
310	PAGAMENTO PESSOAL		17.997.007,67	17.997.007,67
990	PASSIVOS FINANCEIROS	19.850,00	812,14	20.662,14
413	TELECOMUNICACOES	6.397,41		6.397,41
514	FOLHA - CUSTEIO DISCRICIONARIO -RESUL.PRIM=2		34.187,93	34.187,93
TOTAL		3.562.793,41	19.493.792,89	23.056.586,30

Siafi2021

Observa-se na tabela acima que o recurso destinado ao Pagamento de Pessoal, competência Março/2021, representa 78,05% do total de Recursos Liberados pelo Tesouro, com R\$ R\$ 17.997.007,67. Cabe destacar que mesmo disponível na conta caixa, são valores já comprometidos (Ordem Pagamentos já emitidas), aguardando apenas a geração de OBs (Ordem bancárias) no primeiro dia útil do mês subsequente, quando o valor será baixado da conta CAIXA -111122000- RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO.

4 – Créditos a Curto Prazo

Este grupo representa 2,64% do total do ativo, apresentando uma redução significativa de 4% em relação a 31 de dezembro de 2020, sendo composto por Créditos tributários a Receber e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Os créditos tributários a receber no Órgão 26434 originam-se da transposição de saldo da antiga UG 153008 para UG – 158274, decorrente da transferência de depósitos compulsórios para realização a curto prazo, conforme Mensagem CCONT/STN 902584 DE 28/01/1993 (93NL000126-153008). Estes créditos referem-se a direitos adquiridos pela tributação de empréstimos compulsórios, instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto-Lei nº 2.288/1986, cujo fato gerador era o consumo de combustíveis e aquisição de veículos. Dessa forma, como seu saldo encontra-se sem nenhuma alteração desde 2009, este Instituto enviou a Mensagem 2019/1280887 para UG 150003 - Setorial Contábil do MEC - e aguarda resposta quanto a sua permanência ou devida regularização.

Quanto aos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreendem os direitos a receber pelo adiantamento de valores a título de 13º salário, adiantamento de férias, suprimento de fundos, crédito a receber por cessão de pessoal e adiantamento de Termo de Execução Descentralizada.

O item com maior representatividade deste grupo é o Adiantamento de Férias (85,60%) e apresentou um acréscimo de 33,19%, justificado pela grande demanda no primeiro trimestre do ano de solicitações de férias dos servidores.

Destaca-se ainda que a redução de 4% em relação ao exercício de 2020 foi alavancada pela redução do Adiantamento de 13º salário que encontra-se zerado no final do terceiro trimestre em virtude da rotina contábil adotada pela Macrofunção 021142 da folha de pagamento.

Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo

Conta Contábil		Março/2021	Dezembro/2020
112110100	CRED TRIB NAO PREVIDENCIARIOS	41.506,80	41.506,80
113110101	13 SALARIO - ADIANTAMENTO	0,00	2.967.351,54
113110102	ADIANTAMENTO DE FERIAS 'SALARIOS E ORDENADOS -	11.305.197,18	8.487.526,98
113110105	PAGAMENTO ANTECIPADO 'CRED A RECEBER POR CESSAO DE	1.506,71	356.187,85
113811200	PESSOAL	10.329,30	10.329,30
113823800	ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	1.795.464,28	1.795.464,28
113851200	CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	94.845,79	94.845,79
Total		13.248.850,06	13.711.705,74

Tesouro Gerencial 2021

5 – Estoques

A conta Estoques em Almoxarifado evidenciou em 31/03/2021 o valor de R\$ 2.322.615,42, representando 0,46% do total do ativo, com aumento de 8,10% em relação a 31 de dezembro de 2020. A variação positiva foi promovida pela aquisição de materiais para manutenção de bens móveis e instalação e materiais de proteção e segurança.

Tabela 3 – Estoques

ITEM	DESCRIÇÃO	MARÇO/2021	DEZEMBRO/2020
02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIACAO	400,00	
04	GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	10.134,94	8.293,52
06	ALIMENTOS PARA ANIMAIS	54.792,40	3.714,00
07	GENEROS DE ALIMENTACAO	47.080,11	112.824,96
09	MATERIAL FARMACOLOGICO	1.904,60	
11	MATERIAL QUIMICO	10.558,31	12.280,53
12	MATERIAL DE COUDELARIA OU DE USO ZOOTECNICO	2.429,66	
14	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	39.366,84	39.456,74
16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	528.724,35	716.196,23
17	MATERIAL DE TIC	53.436,30	54.139,89
18	MATERIAIS E MEDICAMENTOS P/ USO VETERINARIO	24.802,56	31.742,22
19	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	19.592,34	28.317,80
21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	149.082,28	145.366,15
22	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	133.561,75	44.978,89
23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	14.031,67	14.031,67

24	MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	384.597,03	155.458,96
25	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	83.296,22	82.061,05
26	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	220.255,61	198.865,78
28	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	90.741,40	7.337,30
29	MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	13.453,21	21.994,70
30	MATERIAL PARA COMUNICACOES	3.022,25	
31	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	103.725,88	7.547,32
35	MATERIAL LABORATORIAL	76.363,97	134.263,63
36	MATERIAL HOSPITALAR	125.050,49	100.168,59
40	MATERIAL BIOLOGICO	1.433,20	1.433,20
41	MATERIAL P/ UTILIZACAO EM GRAFICA	1.566,71	1.599,21
42	FERRAMENTAS	8.224,51	4.281,21
44	MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	5.586,89	5.478,67
46	MATERIAL BIBLIOGRAFICO	8.849,64	8.849,64
50	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	33.557,25	29.101,25
58	SOBRESS.PARA MAQ. E EQP. PARA PRODU. INDUSTRIAL	182,32	182,32
32.03	MATERIAL DESTINADO A ASSISTENCIA SOCIAL	72.810,73	178.556,92
Total		2.322.615,42	2.148.522,35

6 – Provisões

Em 31/03/2021, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense não possuía saldo de Provisões a curto ou à longo prazo.

7 - Ativo Não Circulante

Em 31/03/2021, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 463.091.807,54, relacionado ao imobilizado. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado e a sua evolução em termos percentuais comparando o primeiro trimestre de 2021 com o quarto trimestre de 2020.

Tabela 4 – Imobilizado – Composição.

	R\$ milhares		
	31/03/2021	31/03/2020	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	109.565.357,78	108.553.447,12	0,93
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Móveis	(33.911.562,08)	(33.713.545,54)	0,58
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	392.903.939,41	391.198.108,60	0,43
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. Bens Imóveis	(5.465.927,57)	(5.445.642,59)	0,37
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	463.091.807,54	460.592.367,59	0,54

Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26434 em 31/03/2021 totalizavam R\$ 75.653.795,70 distribuídos nas seguintes contas contábeis detalhadas na tabela a seguir.

Tabela 5 – Bens Móveis – Composição

	R\$ milhares		
	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	39.243.147,08	38.579.643,60	1,71
Bens de Informática	28.853.809,82	28.740.203,14	0,40
Móveis e Utensílios	22.849.708,70	22.667.642,01	0,80
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	8.902.809,02	8.850.075,21	0,59
Veículos	9.542.586,84	9.542.586,84	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	80.067,67	80.067,67	0,00
Demais Bens Móveis	93.228,65	93.228,65	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	(33.911.562,08)	(33.713.545,54)	0,58
Total	75.653.795,70	74.839.901,58	1,08

Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão que apresentam maior representatividade em relação ao total bruto da conta móveis, 35,81% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, 26,33% referem-se a Bens de Informática e 20,85% referem-se a Móveis e Utensílios.

O item Máquina, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas obteve um acréscimo mais significativo (1,71%), em que houve aquisições de Máquinas e equipamentos energéticos, máquinas e equipamentos industriais e Aparelhos de medição e orientações.

Também houve um aumento nas aquisições de Bens informática justificado para aprimorar as estruturas das atividades online, imposta no período de Pandemia (COVID/19) e necessárias na continuidade da atividade-fim do Instituto.

Cabe destacar que os valores registrados no Balanço Patrimonial referente aos Bens Móveis não refletem fidedignamente a realidade, devido ausência do registro de depreciação e reavaliação de itens registrados em contas dos bens móveis, como também à inexistência de conclusão do inventário patrimonial de todas as unidades pertencentes ao Instituto Federal Fluminense. Existem grandes expectativas que com a implantação do SIADS (portaria nº 232/2020-ME) a partir de novembro de 2021 estas falhas sejam sanadas.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/03/2021 totalizavam R\$ 387.438.011,84 e estão distribuídos em algumas contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6 – Bens Imóveis – Composição.

	Milhares		R\$
	31/03/2021	31/12/2020	AH(%)
Bens de Uso Especial	362.785.363,24	362.785.363,24	-
Bens Imóveis em Andamento	30.118.576,17	28.412.745,36	6,00
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(5.465.927,57)	(5.445.642,59)	0,37
Total	387.438.011,84	385.752.466,01	0,43

Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

Conforme tabela acima, os Bens de Uso Especial correspondem a 92,73% do valor bruto de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo um montante de R\$ 387.438.011,84 em 31/03/2021.

Tabela 7 – Bens de Uso Especial – Composição

	R\$ milhares		
	31/03/2021	31/12/2020	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	0,00
Terrenos, Glebas	0,00	0,00	0,00
Aquartelamentos	0,00	0,00	0,00
Imóveis de Uso Educacional	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas	0,00	0,00	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,00	0,00	0,00
Aeropostos, Estações e Aeródromos	0,00	0,00	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	362.785.363,24	362.785.363,24	0,00
Total	362.785.363,24	362.785.363,24	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas Autarquias e Fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunções 020330 e 020335, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014.

(a.1) Reavaliação e Atualização

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, Autarquias e fundações Públicas Federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

A última reavaliação dos bens imóveis foi por meio do processo nº 23317.004244.2020-55

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

O Órgão não realizou teste de recuperabilidade dos seus bens até o término do quarto trimestre de 2020. Passando-se a adotar os procedimentos, o órgão seguirá orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais), que também se encontram descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020335, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, Amortização ou Exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização ou exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o computo da depreciação em fração menor do que um mês.

Os bens móveis adquiridos a partir de janeiro de 2015 até a presente data estão em um novo sistema (SUAP), onde o módulo “Depreciação” está em fase de ajustes finais pelo setor de TI, por isso até o primeiro trimestre de 2021 o grupo Depreciação/Amortização Acumulada contempla parcialmente estes bens. Vale destacar que esforços serão efetuados para que, o mais breve possível, este módulo esteja em funcionamento.

Os bens móveis do Órgão 26434 ainda não sofreram a avaliação determinada até a presente data, porém o Instituto constituiu um grupo de trabalho através da Portaria nº 1.349, de 26 de setembro de 2017, com a finalidade de analisar e providenciar os ajustes que se façam necessários para as questões que envolvem o patrimônio.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

No órgão 26434 todos os bens imóveis estão registrados no SPIUnet.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Quanto aos registros da depreciação acumulada de bens imóveis, o Órgão apresenta o valor total de R\$ 5.465.927,57. Deste total, R\$ 20.284,988 foram registrados no primeiro trimestre de 2021, tendo como contrapartida uma variação patrimonial diminutiva (VPD), apresentada nas demonstrações das variações patrimoniais (DVP). Cabe informar que os registros contábeis são realizados diretamente pela STN, tendo por base arquivos encaminhados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

8 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em virtude de adequação do sistema SUAP, sistema de Controle Patrimonial desse Órgão, e adoção de procedimentos administrativos, encontra-se pendente a revisão anual dos ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019. Por enquanto, no Instituto Federal Fluminense, encontram-se pendentes estes registros por ausência de procedimentos administrativos e adequações no sistema de controle patrimonial, o SUAP.

Em 31/03/2021, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 95.724,84 relacionados ao intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível e a evolução em termos percentuais comparando o primeiro trimestre de 2021 com o último trimestre de 2020.

Tabela 8 – Intangível – Composição.

	31/03/2021	31/03/2020	R\$ milhares AH(%)
Software com Vida Útil Definida	205.014,27	204.657,58	17,42
Software com Vida Útil Indefinida	17.490,88	17.490,88	0
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Definida	140,00	140,00	0
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0	0	0
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Determinado	0	0	0
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Indeterminado	0	0	0
Amortização Acumulada	-126.920,31	-126.920,31	0
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0	0	0
Total	95.724,84	95.368,15	0,37

Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil definida, que representa 92,20% do grupo.

Registrou-se até 31/07/2018 a Amortização com taxa de 20% a.a. dos softwares com Vida Útil Definida adquiridos até 31/12/2014 em sua totalidade, softwares estes que totalizam o valor de R\$ 158.873,84 registrados no sistema CAP e que representam 77,50% da conta software com Vida Útil Definida; maior parte dos softwares presentes no órgão. Os demais 22,50%, R\$ 46.140,43 da conta software com Vida Útil Definida, em virtude de adequação do sistema SUAP, encontra-se pendente a inicialização da amortização correspondente. Complementarmente esclarecemos que todos os Ativos Intangíveis encaminhados para registro encontram-se contabilizados.

9 – Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Em 31/03/2021, este grupo de despesa apresentou um saldo de R\$ 61.658,743,03, evidenciando uma variação negativa de 11,33% quando comparada com o saldo em 31/12/2020, alavancado pela redução dos salários remuneração e benefícios de pessoal de 40,55. Esta variação negativa justifica-se, pois no último trimestre de 2020 encontra-se o pagamento da última parcela do décimo terceiro dos servidores.

Destaca-se neste grupo os Precatórios de Pessoal a pagar em 2021, que representa 68,10% do grupo e apresentou uma variação positiva pouco significativa de 2,33% em relação ao último trimestre 2020.

Tabela 9 - Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Conta Contábil	DESCRIÇÃO	MARÇO/2021	DEZEMBRO/2020
211110300	PRECATORIOS DE PESSOAL	41.993.076,08	41.035.568,24
211110101	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	16.730.722,08	28.095.916,91
211310100	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	299.532,83	296.021,29
211410302	CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVID.COMPLEMENT	98.308,41	105.055,23
211210100	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	0,00	4.123,54
211110102	DECIMO TERCEIRO SALARIO A PAGAR	2.537.103,63	0,00
Total		61.658.743,03	69.536.685,21

Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

10 – Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo

Em 31/03/2021, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo em aberto de R\$ 8.333.759,41 relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo todas as obrigações de curto prazo e com fornecedores nacionais.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros.

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	R\$ milhares		
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31/03/2021	31/12/2020	AH (%)
Credores Nacionais	8.333.759,41	4.348.149,30	91,54
Fornecedores Nacionais	-	1.825,65	-
Total	8.333.759,41	4.349.965,65	91,50

Fonte: Tesouro Gerencial, 2020 e 2021.

Na sequência, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/03/2021.

Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante.

UG	R\$ milhares	
	31/03/2021	AV (%)
UG 158139 – Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tec. Fluminense (Reitoria)	3.012.221,33	36,14
UG 158274 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Campos Centro	1.875.677,59	22,51
UG 158384 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Macaé	477.510,17	5,73
UG 158385 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Itaperuna	733.640,88	8,8
UG 158386 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Guarus	517.552,54	6,21
UG 158387 – Inst. Fed. Fluminense/ Campus Bom Jesus do Itabapoana	963.969,77	11,57
UG 158468 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Cabo Frio	403.934,73	4,85
UG 155851 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Quissamã	349.252,40	4,19
Total	8.333.759,41	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2021.

As unidades gestoras 158139 e 158274 são responsáveis por 58,65% do total a ser pago. A unidade gestora 158139, Reitoria do Instituto Federal Fluminense, apresenta um valor expressivo de obrigações a pagar, pois abrange a sua execução e a de seis Campi centralizados e as obrigações com a despesas de pessoal. Já a unidade gestora 158274, Campus Campos Centro é o maior Campus do Instituto.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os oito fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/03/2021.

Tabela 12 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

Fornecedor	R\$ milhares	
	31/03/2021	AV (%)
Fornecedor A: R. SIMBRA DISTRIBUIDORA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA	1.235.095,09	14,82
Fornecedor B: BEST VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	718.044,96	8,62
Fornecedor C: LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	604.996,69	7,26
Fornecedor D: VL TERCEIRIZACAO LTDA	546.044,71	6,55
Fornecedor E: FERTHYMAR EMPREENDIMENTOS e PARTICIPAÇÕES	544.648,00	6,54
Fornecedor F: MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA	366.650,34	4,40
Fornecedor G: DATASONIC INDUSTRIA E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRONICO LTDA	337.500,00	4,05
Fornecedor H: AMPLA ENERGIA e SERVIÇOS S.A	326.154,75	3,91
Demais	3.654.624,87	43,85
Total	8.333.759,41	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2021

Em relação aos fornecedores A, B, C, D, E, F, G e H eles representam 56,15% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Fornecedor A: R. SIMBRA DISTRIBUIDORA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA

Contrato 04/2020: Obras de Engenharia para conclusão da Construção do Campus Itaboraí;

(b) Fornecedor B: BEST VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

Contrato 14/2014: Prestação de serviço de vigilância patrimonial com dedicação exclusiva dos empregados de forma indireta e contínua nas dependências dos campi Itaperuna, Maricá e Santo Antônio de Pádua;

Contrato 07/2017: Prestação de serviço de vigilância patrimonial com dedicação exclusiva dos empregados de forma indireta e contínua nas dependências dos campi Campos Centro, Campos Guarus, Macaé, Quissamã, Cabo Frio, Bom Jesus do Itabapoana, Campus Avançado de Cambuci, Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, Reitoria, Campus Avançado São João da Barra e Centro de Referência em Tecnologia, Informação

(c)Fornecedor C:LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA

Contrato 03/2016: Serviços de Agropecuária e Produção de Alimentos, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências dos Campi Bom Jesus do Itabapoana e Cambuci;

Contrato Nº 03/2018 :Repactuação do período de março a dezembro de 2019 referente ao serviço de recebimento, armazenamento, higienização, preparo e distribuição de alimentos, nas dependências do Campus Itaperuna;

Contrato nº 17/2019: Prestação de serviços de Manutenção Predial com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de ferramentas, equipamentos e EPIs, de forma indireta e contínua, nas dependências dos campi Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Campos Centro, Campos Guarus, Polo de Inovação, Macaé, Quissamã, Maricá, São João da Barra e Centro de Referência;

(d) Fornecedor D:VL TERCEIRIZACAO LTDA

Contrato 16/2018:Contratação de empresa (pessoa jurídica) especializada na prestação contínua de serviços de limpeza e conservação, com dedicação exclusiva dos empregados, com fornecimento de materiais e equipamentos para atendimento do Centro de Referência, campus Avançado São João da Barra, Polo de Inovação, campus Campos Centro e campus Campos Guarus do IFFLUMINENSE;

(e) Fornecedor E: FERTHYMAR EMPREENDIMENTOS e PARTICIPAÇÕES

Contrato 15/2018: Serviços de apoio administrativo do Campus Campos Centro, Pregão nº 12/2018. Processo nº 23318.005492/2018-99;

Contrato 02/2018: Prestação de serviços de Limpeza e Conservação, nas dependências do Campus Itaperuna, Pregão nº 01/2018. Processo nº 23322.000048.2018-18;

(f) Fornecedor F: MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA

Contrato 17/2019: Prestação de serviços de elaboração de projetos, fornecimentos e instalação de geradores fotovoltaicos do Campus Gusrus;

Contrato 06/2019: Prestação de serviços de elaboração de projetos, fornecimentos e instalação de geradores fotovoltaicos do Campus Cabo Frio;

Contrato 01/2020:Prestação de serviços de elaboração de projetos, fornecimentos e instalação de geradores fotovoltaicos do Campus Itaperuna:

(g) Fornecedor G:DATASONIC INDUSTRIA E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRONICO LTDA

PREGÃO 15/2020: Aquisição de sistema de simulação, proprotipagem metalização e montagem de placas de circuito impressão para o Polo de Inovação. Processo nr. 23317.000191.2021-84.

(h) Fornecedor H: AMPLA ENERGIA e SERVIÇOS S.A

Fornecimento de energia elétrica para todos os campi.

11 – Demais Obrigações a Curto Prazo

No primeiro trimestre de 2021 este grupo obrigações apresentou um saldo de R\$ 50.348.526,33 e obteve um

acréscimo de 0,38% em relação ao mesmo período de 2020. Este grupo é composto por obrigações descritas nas contas contábeis da tabela a seguir:

Tabela 13 - Demais Obrigações a Curto Prazo

Conta Contábil	R\$ milhares	
	31/03/2021	01/12/2020
218920600 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR - TED	47.066.631,73	47.052.631,73
218810122 RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.908.197,35	1.878.927,04
218911900 INCENTIVOS A EDUCACAO, CULTURA E OUTROS	747.880,78	493.107,78
218810114 PENSAO ALIMENTICIA	135.339,87	232.116,18
218912300 AUXILIOS FINANCEIROS A PESQUISADORES PREVIDENCIA COMPLEMENTAR SERVIDOR PUB	226.605,76	226.205,76
218810127 FEDERAL	153.545,95	154.938,56
218911300 PRECATORIOS DE TERCEIROS DEPOSITOS POR DEVOLUCAO DE VALORES NAO	80.063,77	78.235,30
218810447 RECLAM	20.062,14	23.147,38
218810109 ISS	2.165,50	8.092,76
218810128 DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES FATURA - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO	6.263,50	7.491,35
218913610 FEDER	0,00	590,17
218910200 DIARIAS A PAGAR	0,00	287,97
218810106 IMPOSTOS E CONTRIB DIVERSOS DEVIDOS AO TESOUR	61,98	83,14
218910100 INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	0,00	70,00
218913601 GRU-VALORES EM TRANSITO PARA ESTORNO DESPESA	1.108,00	0,00
218913603 ORDENS BANCARIAS CANCELADAS	600,00	0,00
Total	50.348.526,33	50.155.925,12

O item mais significativo são as Transferências de TEDs a comprovar, representando 93% do total do grupo, apresentando um acréscimo pouco significativo de 0,03% em relação ao quarto trimestre de 2020. Esta obrigação trata-se de transferências financeiras recebidas que encontram-se pendentes de procedimentos junto ao SIMEC para a devida regularização da prestação de contas. Destaca-se que a maior parte dos TEDs a comprovar tiveram sua prestação de contas apresentadas, porém aguardam trâmites e providências do Órgão repassador para aprovação e baixa.

12 – Resultados Acumulados

No primeiro trimestre de 2021, este grupo apresentou um saldo de R\$ 386.081.811,25, que representa 76,01% do total do passivo. O grupo de contas “Resultados Acumulados” obteve uma variação negativa de 1,19% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, justificada pela variação negativa de 121,80% do resultado patrimonial apresentado no período.

13 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores que “registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes” e no primeiro trimestre de 2021 apresentou um saldo de R\$ 44.909,95, provenientes de despesas com Folha de Pagamento, consumo de material de estoque, taxas (UG- 158139) e serviços com telefonia (UG - 158387) não consideradas em exercícios anteriores.

14 – Obrigações Contratuais

Em 31/03/2021, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense possuía saldo de R\$ 31.431.604,32, relativo às obrigações contratuais que serão executadas nos próximos trimestres.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos e a evolução em termos percentuais.

Tabela 14– Obrigações Contratuais – Composição.

	R\$ milhares (ou R\$)			
	31/03/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	17.771,45	17.771,45	0,06	0,00
Fornecimento de Bens	677.381,19	677.381,19	2,15	0,00
Serviços	30.736.451,68	29.539.713,06	97,79	4,05
Total	31.431.604,32	30.234.865,70	100,00	3,96

Fonte: Tesouro Gerencial, 2020 e 2021.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam 97,79% do total das obrigações assumidas pelo Órgão 26434 – IFF até 31/03/2021. Ressalta-se, que a variação apresentada nas Obrigações Contratuais “Serviços”, apresentou um aumento de aproximadamente 4,05% em relação a dezembro de 2020.

A seguir, apresenta-se tabela contendo valores por Unidade Gestora contratante na data base de 31/03/2021.

Tabela 15 – Obrigações Contratuais – Unidade Gestora Contratante.

	R\$ milhares (ou R\$)	
	31/03/2021	AV (%)
UG 158139	15.861.989,67	50,47
UG 158274	6.281.197,06	19,98
UG 158384	1.122.783,02	3,57
UG 158385	1.375.682,00	4,38
UG 158386	1.569.664,34	4,99
UG 158387	2.924.427,28	9,30
UG 158468	1.557.803,90	4,96
UG 155851	738.057,05	2,35
Total	31.431.604,32	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2021.

A unidade gestora 158139 (Reitoria) é responsável por 50,47% do total contratado, isso se deve principalmente pelo fato de registrar a sua execução de contratos, dos contratos de seis Campi centralizados e dos contratos referente a obras.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 06 (seis) contratos com valores mais significativos na data base de 31/03/2021.

Tabela 16 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	R\$ milhares (ou R\$)	
	31/03/2021	AV (%)
Contratado A: BEST VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA	4.158.190,48	13,23
Contratado B: LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	3.453.235,10	10,99
Contratado C: R SIMBRA DISTRIBUIDORA CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA	3.085.059,20	9,81
Contratado D: RIO MINAS CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA	2.118.220,73	6,74
Contratado E: ENGERPANFER EMPREENDIMENTOS	1.718.307,47	5,47
Contratado F: FERTHYMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA LTD	1.648.900,07	5,24
Demais	15.249.691,27	48,52
Total	31.431.604,32	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2021.

Em relação aos contratados A, B, C, D, E e F, estes representam 51,48% do total dos contratos. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Contratado A: BEST VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - 05.234.289/0001-27

Contrato	Objeto	Vigência
07/2017	Prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial nas dependências do Instituto Federal Fluminense.	03/08/2021
03/2020	Prestação contínua de serviços de vigilância patrimonial para os campi Itaperuna e Santo Antônio de Pádua do IFFluminense, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital do pregão 07/2019.	30/09/2021

(b) Contratado B: LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA – CNPJ: 00.482.840/0001-38

Contrato	Objeto	Vigência
03/2018	Prestação de serviços de recebimento, armazenamento, higienização, preparo e distribuição de alimentos nas dependências do Campus Itaperuna.	31/07/2021
03/2016	Serviços de Agropecuária e Produção de Alimentos, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências dos Campi Bom Jesus do Itabapoana e Cambuci	31/10/2021
17/2019	Manutenção Predial com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de ferramentas, equipamentos e EPIs, de forma indireta e contínua, nas dependências dos campi Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Campos Centro, Campos Guarus, Polo de Inovação, Macaé, Quissamã, Maricá, São João da Barra e Centro de Referência.	31/01/2022

(c) Contratado C: R SIMBRA DISTRIBUIDORA CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA – 09.121.931/0001-12

Contrato	Objeto	Vigência
04/2020	Contratação de empresa para a execução de Obra para conclusão da Construção do Campus Itaboraí do Instituto Federal Fluminense	07/09/2021

(d) Contratado D: RIO MINAS CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA – CNPJ: 12.904.815/0001-84

Contrato	Objeto	Vigência
45/2019	Contratação de empresa de (pessoa jurídica) para prestação de serviços terceirizados de produção e distribuição de alimentos, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, para atender ao campus Campos Centro	22/12/2021
46/2019	Contratação de empresa de (pessoa jurídica) para prestação de serviços terceirizados de produção e distribuição de alimentos, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, para atender ao Pólo de Inovação do IFFluminense	22/12/2021

30/2019	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços terceirizados de motoristas, destinados ao atendimento das necessidades dos campi Campos Guarus, Campos Centro, Avançado São João da Barra, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Cambuci, Macaé, Quissamã, Cabo Frio, Avançado Maricá, Reitoria e Polo de Inovação	31/12/2021
---------	---	------------

(e) Contratado E: ENGEPLANFER EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI – 17.232.038/0001-92

Contrato	Objeto	Vigência
01/2020	Contratação de serviços de limpeza, conservação e apoio administrativo com cessão de mão de obra	08/05/2022

(f) Contratado F: Ferthymar Empreendimentos e Participações LTDA – CNPJ: 04.635.778/0001-28.

Contrato	Objeto	Vigência
15/2018	Prestação de Serviços de apoio administrativo do Campus Campos Centro, Pregão nº 12/2018.	30/09/2021.
02/2018	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação, nas dependências do Campus Itaperuna, Pregão nº 01/2018.	31/07/2021

15 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial é obtida por meio do saldo residual entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) apresentadas na Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício que será parte integrante do saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

A partir da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) evidenciadas na DVP do IFF em 31/03/2021 foi apresentado um resultado deficitário, no valor de R\$ -4.562.523,47 conforme tabela a seguir:

Tabela 17 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhões

	31/03/2021	31/03/2020	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	103.623.548,61	108.719.262,61	(12,57)
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	108.186.072,08	111.494.018,66	(3,84)
Resultado Patrimonial do Período (III = I - II)	-4.562.523,47	-2.774.756,05	(67,16)

Fonte: SIAFI.

O déficit do resultado patrimonial em 31 de março de 2021 foi de 64,42% maior em relação ao quarto trimestre de 2020, tendo como fator contributivo o decréscimo apresentado nas variações patrimoniais aumentativas:

Tabela 18 – Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhões

	31/03/2021	31/03/2020	AH (%)
Venda de Mercadorias	51.280,25	42.689,14	20,12
Venda de Produtos	-	468,90	-
Exploração de Bens, Serviços e Direitos	9.313,22	62.096,95	-85
Juros e Encargos de Mora	-	205,15	-
Transferências Intragovernamentais	103.469.566,06	106.938.165,14	-3,24
Outras Transferências e Delegações	12.900,72	17.533,25	-26,42
Ganhos com Desincorporação de Passivos	790,40	1.569.088,61	-99,94
Outras Variações Aumentativas	92.598,68	106.548,72	-13,09
Resultado Patrimonial do Período (III = I - II)	103.636.449,33	108.736.795,86	-4,69

Fonte: SIAFI.

Na tabela 18, observa-se que as variações negativas ocorreram em todas as VPAs, exceto as Vendas de Mercadorias que apresentou um aumento de 20,12%, porém possui baixa representatividade em relação a totalidade do grupo, de 0,04%. Assim, podemos aferir que os decréscimos das Transferências Intergovernamentais (-3,24%) que representa 99,83% do total das VPAs, alavancou o resultado patrimonial negativo.

Quanto as VPDs, apresentadas na tabela 19, também foram reduzidas em 2,96%, alavancadas principalmente pela redução na Incorporação de Passivos (99,21%), consumo de serviços (-21%) e de Transferências Intergovernamentais Concedidas (-48%). Um fator contributivo para redução no consumo de serviços encontra-se na paralisação das atividades presenciais em função da COVID/19. No entanto, podemos observar que VPDs voltadas para dar assistência às atividades-fim do IFF e assistência aos alunos sofreram aumentos, tais como as relacionadas com Pessoal (5,2%), Uso de Material de Consumo (81,30%) e Incentivos - bolsas de estudos - (72,29%).

Tabela 19 – Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhões

VPD	31/03/2021	31/03/2020	AH (%)
Remuneração a Pessoal	55.460.251,33	52.718.396,32	5,2
Encargos Patronais	11.591.331,35	10.243.758,33	13,15
Benefícios a Pessoal	2.693.032,24	2.942.349,02	-8,47
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas-Pessoal	1.461,06	-	0
Aposentadorias e Reformas	17.532.458,84	17.198.518,72	1,94
Pensões	2.943.295,50	2.860.197,37	2,9
Outros Benefícios Previdenciários e	916.416,26	961.932,65	-4,73
Uso de Material de Consumo	1.293.698,36	713.554,45	81,3
Serviços	7.490.016,19	9.481.418,58	-21
Depreciação, Amortização e Exaustão	218.301,52	94.231,80	131,66
Transferências Intragovernamentais	5.769.288,11	11.165.139,80	-48,32
Outras Transferências e Delegações	12.900,72	17.533,25	-26,42
Perdas Involuntárias	617,08	5.156,96	-88,03
Incorporação de Passivos	14.000,00	1.785.676,44	-99,21
Impostos, Taxas e Contribuições de	932,22	572,45	62,847
Contribuições	616,40	1.190,37	-48,21
Incentivos	2.247.454,90	1.304.392,15	72,297
TOTAL	108.186.072,08	111.494.018,66	2,96

Fonte: SIAFI.

16 – Resultado Orçamentário

Tendo em vista que a Lei Orçamentária Anual de 2021 (Lei nº 14.144, de 22/04/2021) foi publicada em abril, o balanço Orçamentário apresentado em 31 de março de 2021 não evidencia previsão de receitas, somente a sua realização. Quanto aos dados da Despesa orçamentárias, os valores foram liberados pela STN na forma de 1/18 avos ou 1/12 avos, nos termos da Portaria STN nº 507, de 22/09/2020.

Assim, diante da impossibilidade de analisarmos a receita prevista em relação a receita arrecadada, segue na tabela a seguir as receitas próprias realizadas no primeiro trimestre de 2021 e 2020 com o objetivo de efetuarmos um comparativo do período:

Tabela 20 – Receitas Próprias realizadas

	R\$ milhões		
RECEITAS PRÓPRIAS REALIZADAS	31/03/2021	31/03/2020	AH (%)
ALUGUEIS, ARREND., FOROS, LAUDEMIOS, TAR. OCU PACAO	170,00	24.419,10	(99,30)
RECEITA AGROPECUARIA	51.280,25	42.689,14	20,12
RECEITA INDUSTRIAL	-	468,90	(100,00)
SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	153,00	3.998,00	(96,17)
INSCRICAO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	5.000,00	33.665,00	(85,15)
SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA	3.990,22	220,00	1.713,74
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	-	5.000,00	(100,00)
TOTAL	60.593,47	110.460,14	(45,14)

Fonte: SIAFI.

Observa-se que houve uma variação negativa nas receitas realizadas em relação ao primeiro trimestre de 2020 (-45,14%) em função da pandemia da COVID/2019, em que foram suspensos: contratos de cessão de imóvel e taxa de inscrição em processos seletivos.

Ressalta-se que os ingressos dos recursos referentes aos itens Transferências Intergovernamentais e Transferências Financeiras Recebidas estão evidenciados na Demonstração de Fluxo de Caixa, no item Outros Ingressos das Operações e no Balanço Financeiro.

Já as despesas apresentaram um percentual de execução de 80,76% do orçamento disponibilizado, não havendo execução de despesa de Capital. Como o orçamento disponibilizado tem com base a despesa fixada na LOA/2020, optamos por apresentar um comparativo da despesa executada no primeiro trimestre de 2021 em relação a 2020, na tabela 21:

Tabela 21 – COMPARATIVO DA DESPESA EXECUTADA 2021/2020

NATUREZA DE DESPESA	DESCRIÇÃO	31/03/2021	31/03/2020	AH (%)
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	47.480.817,92	30.248.844,44	56,97
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	11.385.780,31	20.212.670,96	-43,67
319004	CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	2.652.028,77	3.252.278,28	-18,46
319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.260.662,76	950.000,00	32,70
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	74.824.540,68	207.248.729,08	-63,90
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	4.275,63	4.500,00	-4,99
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	381.228,88	1.988.848,68	-80,83
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	1.526.087,04	1.651.183,92	-7,58
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.781,96	27.706,70	-17,77
319104	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	634.491,36	785.000,00	-19,17
319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	44.001.260,16	39.063.725,30	12,64
339004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	402.295,68	623.425,56	-35,47
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.417.676,66	895.411,04	58,33
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	14.600,00	76.500,00	-80,92
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.173.663,00	1.120.782,02	93,94
339030	MATERIAL DE CONSUMO	92.257,92	520.194,90	-82,26
339032	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIB. GRATUITA		3.093,41	-100,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.003,00	20.103,46	-90,04
339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	117.979,11	286.634,12	-58,84
339037	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	1.038.579,39	4.700.117,78	-77,90
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	167.586,71	1.733.191,90	-90,33
339040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	127.574,17	136.781,17	-6,73
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	9.104.194,59	5.693.103,76	59,92
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	7.102,40	7.799,96	-8,94
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	38.653,56	1.129.866,48	-96,58
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	64.168,32	51.497,64	24,60
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.946,17	145.871,35	-83,58
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.574.182,10	2.663.733,01	34,18
339139	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	1,00	1,00	0,00
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	9.558,00	27.128,77	-64,77
449051	OBRAS E INSTALACOES		31.286,77	-100,00
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		14.293,00	-100,00
		202.549.977,25	325.314.304,46	-37,73

Conforme tabela acima, verifica-se uma redução significativa (37,73%) na execução da despesa, quando comparada com a execução do primeiro trimestre de 2020.

17 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, os restos a pagar não processados se referem às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas até 31 de dezembro, enquanto as processadas dizem respeito às que foram empenhadas e liquidadas até esta data, mas que ainda

não foram pagas.

No encerramento do exercício de 2020, o órgão havia inscrito em restos a pagar não processados (RPNP), considerando também os restos a pagar reinscritos, despesas na ordem de R\$ 28.413.910,82 (vinte e oito milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e dez reais e oitenta e dois centavos) apresentando assim um acréscimo de 4,49%, conforme demonstrado na tabela 22, abaixo.

Tabela 22 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos

RPNP Inscritos e Reinscritos	31/12/2020	31/12/2019	% Evolução
RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	23224862,36	24.732.298,65	-6,09
RPNP inscritos em Exercícios Anteriores	5189048,46	2.459.395,26	110,98
TOTAL	28.413.910,82	27.191.693,91	4,49

Fonte: Siafi Web, 2020-2021.

18 - Execução Orçamentária RPP – Por categoria Econômica e Grupo de Despesa

A tabela 23 demonstra a execução dos RPNP por categoria econômica da despesa. Verifica-se que foram executados/liquidados até 31/03/2021, 40,02% do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPNP, no âmbito do órgão. As Despesas Correntes que se referem às despesas com manutenção administrativa, apresentaram a execução, 48,38%, e as Despesas de Capital¹, 26,25% esta última estão relacionadas em sua maioria a execução de obras e instalações em todo Instituto.

Tabela 23: Execução de RPNP por categoria econômica

R\$ 1,00

RPNP por Categoria Econômica	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPNP	CANCELADOS	Inscrições RPNP (-) Cancelados	LIQUIDADOS	% Liq/Insc.
DESPESAS CORRENTES	17.903.285,24	154.879,91	17.748.405,33	8.588.214,69	48,38
DESPESAS DE CAPITAL	10.510.625,58	3.800,91	10.355.745,67	2.718.098,16	26,25
TOTAL	28.413.910,82	159.679,91	28.254.230,91	11.306.318,85	40,02

A tabela 24 apresenta a composição dos RPNP executados por grupo de despesa. Das Despesas Correntes, o maior percentual de execução foi o do Outras despesas com pessoal, com 58,92%.

Tabela 24: Execução de RPNP por Grupo de Despesa

R\$ 1,00

RPNP por Grupo de Despesa	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPNP	CANCELADOS	Total RPNP (-) Canc	LIQUIDADOS	% Liq/Insc
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	5.585,06	-	5.585,06	3.291,22	58,92
Outras Despesas Correntes	17.903.285,24	158.879,91	17.744.405,33	8.588.214,69	48,40
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	10.510.625,58	3.800,00	10.506.825,58	2.718.098,16	25,87
Inversões Financeiras					
TOTAL	28.413.910,82	158.679,91	28.255.230,91	11.306.312,85	40,02

Fonte: Siafi Web, 2020.

¹ As Despesas de Capital compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>)

A tabela 25 demonstra a execução dos RPP por categoria econômica da despesa. Verifica-se que foram pagos até 31/03/2021, 98,08% do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPP, no âmbito do órgão. As Despesas Correntes que se referem às despesas com manutenção administrativa, apresentaram a execução, 98,08%, e as Despesas de Capital², 80,08% esta última estão relacionadas em sua maioria a execução de obras e instalações em todo Instituto.

Tabela 25: Execução de RPP por categoria econômica **R\$ 1,00**

RPNP por Categoria Econômica	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPP	CANCELADOS	Inscrições RPP (-) Cancelados	PAGOS	% Pag/Insc.
DESPESAS CORRENTES	34.510.874,78	3.771,13	34.429.828,91	33.768.582,14	99,08
DESPESAS DE CAPITAL	1.299.912,53	0,00	1.299.912,53	1.051.444,99	80,88
TOTAL	35.241.963,43	3.417,85	35.238.545,58	34.676.942,33	98,08

A tabela 26 apresenta a composição dos RPP executados por grupo de despesa. Das Despesas com Pessoal possui o maior percentual de execução, com 100%, tratando-se das obrigações sobre folha de pagamento de dezembro de 2020, registradas no passivo em 31/12/2020 e pagas em janeiro de 2021.

Tabela 26: Execução de RPP por Grupo de Despesa **R\$ 1,00**

RPNP por Grupo de Despesa	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPP	CANCELADOS	Total RPP (-) Canc	PAGOS	% Pag/Insc
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	29.509.696,49		29.509.696,49	29.509.696,49	100
Outras Despesas Correntes	4.923.903,58	3.771,13	4.920.132,45	4.258.885,65	86,56
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	1.299.912,53	0,00	1.299.912,53	1.051.444,99	80,88
Inversões Financeiras					
TOTAL	34.433.600,07	3.771,13	34.429.828,94	33.768.582,14	98,07

Fonte: Siafi Web, 2020.

² As Despesas de Capital compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>)

19 - Execução de RPNP– Despesas COVID-19

O Instituto

Federal do Fluminense no exercício de 2020 executou despesas relacionadas ao Enfrentamento à calamidade decorrente da COVID-19. Estas despesas foram empenhadas com recursos descentralizados externa - SETEC/MEC, relativas a Ação “21C0 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância, e inscrita em Restos a pagar não processados em 2021 no valor de R\$ 1.452,00, conforme objetos de despesas descritos na tabela abaixo:

Tabela 27: Execução de RPNP– Despesas COVID-19

AÇÃO	EMPENHO	NATUREZA DESPESA	OBJETO DA DESPESA	VALOR
21C0	2020NE800248	MATERIAL DE CONSUMO	AQUISIÇÃO DE DESPESAS COM AQUISICAO DE MATERIAIS PARA HOSPITAIS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E DEMAIS CIDADES DA REGIAO, MAIS ESPECIFICAMENTE OS HOSPITAIS ENVOLVIDOS NO COMBATE AO COVID-19. PROC ORIGEM: 2020PR00001	912,60
21C0	2020NE800249	MATERIAL DE CONSUMO	AQUISIÇÃO DE DESPESAS COM AQUISICAO DE MATERIAIS PARA HOSPITAIS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E DEMAIS CIDADES DA REGIAO, MAIS ESPECIFICAMENTE OS HOSPITAIS ENVOLVIDOS NO COMBATE AO COVID-19. PROC ORIGEM: 2020PR00001	535,00
21C0	2020NE800395	MATERIAL DE CONSUMO	AQUISICAO DE INSUMOS PARA PRODUCAO DE MATERIAL DE HIGIENE (PESSOAL E DE MATERIAIS) PARA DISTRIBUICAO A REDE HOSPITALAR E A COMUNIDADES EM SITUACAO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONOMICA (COMBATE AO CORONAVIRUS). PROC ORIGEM: 0500007202-PREGÃO	4,40
TOTAL				1.452,00

20 – Resultado Financeiro

No primeiro trimestre de 2021, o Instituto Federal Fluminense (Órgão 26434) apresentou um saldo de ingressos e dispêndios no seu Balanço Financeiro na ordem de R\$ 270.283.644,11, que corresponde a uma redução de aproximadamente 32,48% em relação ao mesmo período de 2020.

O Balanço Financeiro possui a finalidade de evidenciar receitas e despesas orçamentárias, ingressos e dispêndios extraorçamentários e, por fim, o saldo de caixa do exercício anterior, transferido para o exercício seguinte.

Verifica-se ainda que as Receitas Orçamentárias sofreram uma variação negativa de 45,14% e as Despesas Orçamentárias reduziram 37,74%. Quanto aos ingressos extra-orçamentários sofreram uma redução de aproximadamente 3,4% e os dispêndios orçamentários reduziram 48,33%.

Neste contexto, o saldo financeiro apresentado no balanço financeiro no primeiro trimestre de 2021 desse Órgão foi de R\$ 23.056.586,30 e possui paridade com o saldo da conta Caixa e Equivalentes, item do Ativo Circulante no BP.

21 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

Quanto a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) que evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos e, em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao saldo financeiro apurado no BF (R\$ 23.056.586,30).

Nos Ingressos pertinentes a Investimentos, devido as suas atividades, o Instituto não apresentou ingressos de atividades de investimento. Já os seus desembolsos, referente a Aquisições de Ativo Não Circulante, como bens móveis e obras e Instalações, apresentou um aumento de 153,05% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Não foram registrados ingressos ou desembolsos nos Fluxos de Caixas das Atividades de Financiamento em 31/03/2021.

No primeiro trimestre de 2021 foi registrada a geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (negativa) no valor de R\$ (-10.478.330,60) que corresponde a uma redução de aproximadamente de 24,35% em relação ao mesmo período de 2020.

Tabela 28 - Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa	30/03/2021	31/03/2020	AH
Atividades Operacionais	-9.241.624,79	-11.521.564,42	24,67
Atividades de Investimentos	-1.236.705,81	-2.330.347,23	88,43
Atividades de Financiamentos	-	-	-
Total	-10.478.330,60	-13.851.911,65	24,35

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Relatório Contábil elaborado por:

Gisele Aquino Gomide Tramont, Contadora da Reitoria

Juliana Alves da Silva Fingolo, Contadora do Campus Bom Jesus

Lilia Lourenço Ramos Rocha, Contadora do Campus Macaé